



BOLETIM INFORMATIVO

Edição nº 12



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O **12º Boletim Informativo** do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social apresenta as principais atualidades no âmbito da política pública de assistência social.

No **mês da Consciência Negra**, reflete-se sobre a importância da luta contra o racismo e a promoção da equidade racial no Brasil. O mês de novembro carrega um significado para a valorização da história, cultura e resistência da população negra, representando também um momento para discutir sobre **o papel das políticas públicas, especialmente no âmbito da assistência social, no enfrentamento das desigualdades estruturais.**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se tornado uma ferramenta fundamental para a promoção da igualdade racial, e, neste mês as iniciativas, desafios e conquistas no atendimento às populações negras e quilombolas adquirem destaque, especialmente após a publicação da Resolução nº 171, de 24 de outubro de 2024, que institui Grupo de Trabalho para debater as questões e dimensões do racismo presentes no Sistema Único de Assistência Social, denominado GT SUAS sem Racismo.

SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MPMT

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

06. “OUSE SABER”

Equipe

Paulo Henrique Amaral Motta

Promotor de Justiça - Coordenador

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos

Assistente Ministerial (Serviço Social)

Jovana Albues da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS

Governo Federal lança o ODS 18 “Igualdade Étnico-Racial” em evento paralelo do G20 Social

O lançamento do novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 18) da ONU, ocorrido em 15 de novembro, visa promover a igualdade étnico-racial e mobilizou a agenda paralela do G20 Social, realizado no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

O Brasil se posicionou como um inovador dos ODS em setembro de 2023, ao anunciar, na Assembleia Geral da ONU, a adoção voluntária de um décimo oitavo objetivo dedicado à igualdade étnico-racial. Esse novo ODS 18 surge da necessidade urgente de enfrentar um dos principais problemas de desenvolvimento do país: o racismo e a desigualdade.

O ODS é fruto de uma movimentação do Ministério da Igualdade Racial (MIR) em articulação com o Ministério dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria-Geral da Presidência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o IPEA.

A construção do ODS 18 também contou com a participação ativa e fundamental de todos os setores da sociedade, incluindo a sociedade civil e os governos locais.

Fonte: Governo Federal.

Governo Federal firma acordo para combater a insegurança alimentar em terras indígenas

Em um esforço conjunto para combater a insegurança alimentar e nutricional em Terras Indígenas, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome assinou no dia 6 de novembro, em Brasília, o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que trata de Sistemas Alimentares Indígenas com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

O acordo prevê a criação de uma ferramenta para diagnosticar e monitorar os sistemas alimentares tradicionais de áreas indígenas, identificando necessidades específicas de cada comunidade e subsidiando ações para garantir a segurança alimentar e nutricional.

A iniciativa do ACT surge em resposta aos alarmantes índices de insegurança alimentar entre povos indígenas, evidenciados pelos Mapas da Insegurança Alimentar e Nutricional (MAPA INSAN) de 2016 e 2018 e agravados pela crise de saúde pública no território Yanomami em 2023.

Fonte: Governo Federal.

MDS fortalece diálogo com usuários do SUAS e debate aperfeiçoamento do Sistema



Um importante diálogo entre o Governo Federal e quem usa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ocorreu em Brasília, entre os dias 11 e 13 de novembro. O II Encontro Nacional dos Usuários do SUAS reuniu representantes de povos indígenas, ciganos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, mães que integram o Programa Bolsa Família, idosos, pescadores, povos de matriz africana, migrantes e LGBTQIAPN+ para apresentar pautas e discuti-las especialmente com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A abertura do evento contou com a presença de secretários do MDS, que defenderam a participação e o controle da sociedade na reconstrução do SUAS. Segundo os usuários, o Sistema passou por um período de abandono por parte de governos anteriores.

“Estamos de volta à democracia e precisamos fazer valer nossos direitos de controle e participação social”, defendeu Aldenora González, secretária executiva do Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNUSUAS).

“Falamos o tempo todo em políticas para vulneráveis, mas quem são eles? São muitos. E a população de rua é extremamente vulnerável e precisamos do SUAS porque o único segmento que nos alcança é a assistência social”, disse Maralice dos Santos.

Em nome dos idosos, Terezinha Ferreira fez o alerta: *“A população está envelhecendo e, por isso, a administração pública precisa voltar o olhar à pessoa idosa.”*

Fonte: Governo Federal.

Setasc promove capacitações na Expedição SER Família no município de Barra do Garças

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) realizou a 10ª edição da Expedição SER Família Mulher – MT Por Elas no município de Barra do Garças (a 519 km de Cuiabá). A expedição capacitou 289 profissionais da rede socioassistencial da região. A ação ocorreu nos dias 06 e 07 de novembro.

Durante a solenidade, os representantes dos municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Torixoréu também assinaram o Termo de Adesão ao Programa SER Família Mulher.

A secretária Coronel Grasi Paes Bugalho destacou a relevância do Programa SER Família Mulher durante evento em Barra do Garças. Representando a primeira-dama, ela transmitiu uma mensagem de apoio e reafirmou o compromisso do Governo de Mato Grosso com a proteção das mulheres.

Ela também ressaltou a parceria com diversas instituições, incluindo a Polícia Militar, Polícia Civil e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), para garantir a capacitação e o atendimento humanizado.

Fonte: Governo de Mato grosso.



Comissão aprova projeto que inclui serviços assistenciais na Lei da Assistência Social

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que inclui na Lei Orgânica da Assistência Social dois serviços socioassistenciais em regulamento.

Trata-se do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. A ideia é que eles sejam prestados de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil.

O primeiro serviço tem o objetivo de evitar que pessoas idosas ou com deficiência caiam em situações de exclusão e isolamento, a partir do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O segundo opera em situações em que os direitos já foram violados e busca atender, de forma especializada, famílias com pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência.

Fonte: Associação Mato-grossense dos Municípios.

Minha Casa, Minha Vida vai beneficiar 150 mil brasileiros residentes em cidades com menos de 50 mil habitantes

O Ministério das Cidades divulgou a lista de propostas selecionadas para a construção de moradias em áreas urbanas de municípios com até 50 mil habitantes. São 37.295 unidades habitacionais, em 1.164 cidades, de 26 estados, beneficiando cerca de 150 mil pessoas.

É a primeira seleção do Minha Casa, Minha Vida na linha de atendimento FNHIS Sub 50, cujo objetivo é proporcionar moradia digna para famílias de baixa renda residentes nos pequenos municípios brasileiros. O investimento será de R\$ 4,85 bilhões, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A portaria foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (21).

Esta modalidade beneficia estados e municípios, por intermédio de repasse de recursos financeiros, no desenvolvimento de ações voltadas à produção ou aquisição de unidades habitacionais. O foco são municípios com população inferior ou igual a 50 mil habitantes. As moradias atendem famílias com renda bruta mensal enquadrada na Faixa Urbano 1 do Minha Casa, Minha Vida, correspondente a até R\$ 2.850, admitindo-se o atendimento de renda enquadrada na Faixa Urbano 2 (até R\$ 4.700).

Fonte: Associação Mato-grossense dos Municípios.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



**Política pública de assistência social em MT é
pauta de reunião**



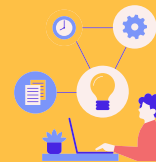
Integrantes do Centro de Apoio Operacional (CAO) Assistência Social do Ministério Público de Mato Grosso se reuniram com representantes da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc - MT), no dia 18 de novembro, para tratar do fomento e implementação da política pública de assistência social no estado. A reunião, que ocorreu presencialmente na Setasc, também objetivou a aproximação e estreitamento da relação com a secretaria.

Participaram do encontro o promotor de Justiça coordenador do CAO, Paulo Henrique Amaral Motta, a assistente ministerial Gabrielle dos Santos, a auxiliar ministerial Jovana Albues da Silva, o residente jurídico Mateus dos Santos Gomes Cardoso, a secretária-adjunta de Assistência Social, Miranir Januário de Oliveira Alcantara, a superintendente de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Marli Martins Gonçalves da Luz, a coordenadora de Vigilância Socioassistencial, Lucienne Alves Correa, e o analista de Desenvolvimento Econômico e Social Roverson Ferreira da Costa.

No início da reunião, o promotor de Justiça Paulo Henrique Amaral Motta apresentou a equipe e as propostas do CAO Assistência Social, enfatizando a importância da parceria com a Setasc-MT. Na sequência, Gabrielle dos Santos e Jovana Albues da Silva divulgaram, respectivamente, os projetos “AprimoraSUAS - Reestruturação e aprimoramento da oferta socioassistencial em Mato Grosso” e “Moradia Cidadã: da regulamentação de benefício eventual à ampliação do acesso à moradia em Mato Grosso”.

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



Cruzeiro do Sul: MPAC promove capacitação para jovens de comunidades tradicionais

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente de Cruzeiro do Sul, com o apoio do Centro de Atendimento à Vítima (CAV), realizou, de 21 a 25 de outubro, uma capacitação voltada para jovens e mulheres de comunidades tradicionais, com foco em inclusão digital e elaboração de projetos.

A ação ocorreu em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AC), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, e contou com a participação de 22 pessoas dos assentamentos PA Santa Luzia e Jamil Jereissati.

Durante a capacitação, foram criados sete projetos voltados às necessidades das comunidades, como melhoria do acesso à internet, geração de renda, aprimoramento da saúde e educação e gestão de recursos hídricos. Além disso, foi criada a startup Jovens Projetistas do Juruá, idealizada pelos próprios participantes, visando fomentar iniciativas que promovam o desenvolvimento da região.

Fonte: MPAC.

Ministério Público do Amazonas adere a protocolo nacional de combate à fome durante reunião do CNPG, em Brasília

O Ministério Público do Estado do Amazonas aderiu, no dia 21 de novembro, ao Protocolo de Intenções firmado entre o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), o Grupo Nacional de Articulação Social (GNA-Social) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A iniciativa visa intensificar ações contra a fome e fortalecer a segurança alimentar no Brasil, com atenção especial a grupos populacionais vulneráveis.

O acordo foi assinado durante a 10ª Reunião Ordinária do CNPG, realizada em Brasília, sob a liderança do **presidente do Conselho, Jarbas Soares Júnior**. Representando o **MPAM**, a **PGJ Leda Mara Nascimento** destacou a importância de unir esforços para enfrentar um dos maiores desafios sociais do país. *“O Ministério Público do Amazonas está comprometido com iniciativas que garantam o direito humano à alimentação adequada. Este protocolo reforça nosso papel em combater as desigualdades e promover a segurança alimentar”, afirmou.*

A assinatura do protocolo ocorre em um momento estratégico, sendo uma das primeiras iniciativas após a assinatura da Declaração Final da 19ª Reunião de Cúpula do G20, que ressaltou a urgência do combate à fome e à insegurança alimentar em escala global.

Fonte: MPAM.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MP do Ceará firma acordo com Prefeitura de Farias Brito para implementar serviço de Família Acolhedora na cidade

O Ministério Público do Estado do Ceará, através da Promotoria de Justiça de Farias Brito, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Farias Brito para que seja implantando o serviço de Família Acolhedora na cidade. Com o acordo, a Prefeitura possui 60 dias, a serem contados a partir da assinatura do TAC (6 de novembro de 2024), para implementar o programa.

O acordo foi firmado devido à inexistência de programas de Guarda Subsidiada, Família Acolhedora ou Acolhimento Institucional no município de Farias Brito. Conforme o MP, a ausência de políticas de acolhimento tem impedido o Sistema de Justiça, e até mesmo o Conselho Tutelar, de aplicarem medidas de proteção especial e excepcional, impondo maior risco social às crianças e aos adolescentes vulneráveis, por omissão do Poder Público.

Fonte: MPCE.

Promotora de Justiça compõe mesa de discussões para ampliação de entendimento sobre segurança alimentar

O Ministério Público de Alagoas (MPAL) participou, no dia 22 de novembro, de um evento na sede do Ministério Público Federal (MPF), onde servidores públicos municipais, da capital e do interior, que atuam nas áreas de segurança alimentar e nutricional tiveram a oportunidade de participar de discussões que culminaram em maior entendimento sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). A **promotora de Justiça Alexandra Beurlen** foi palestrante e convidou o público participante a reflexões.

Em sua apresentação, a promotora também destacou o Artigo 3º da Lei 11.346/06 que afirma ser a segurança alimentar e nutricional a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimento de qualidade, em quantidade suficiente, desde que não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais.

Também durante o evento, o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Bruno Lamenha, explanou sobre *“O papel do Ministério Público nas políticas de segurança alimentar”*, enfatizando a atuação do MPF no Consea.

Fonte: MPCE.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA VER

1

“O SUAS e a Promoção da Igualdade Racial”



Fonte: Canal do Youtube - SNAS | Rede SUAS.

2

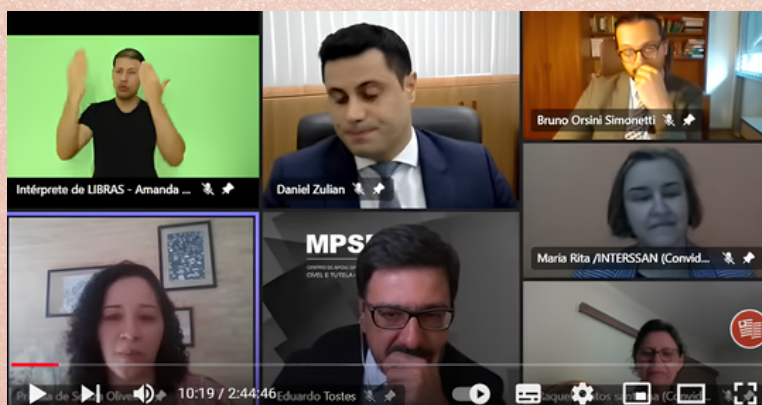
“Lançamento do ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial e da Cartilha “Agenda 2030 e os ODS ao seu alcance”



Fonte: Canal do Youtube - Secretaria-Geral da Presidência da República

3

“A miséria em nossa porta - SUAS, SISAN e o papel do Ministério Público”



Fonte: Canal do Youtube - “Escola Superior do MPSP”.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

4 “RNV2024 - Relatório Nacional Voluntário”



Fonte: Governo Federal

5 “Desafios para construção de um SUAS sem Racismo: Assistência Social e população negra no Brasil”



Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

6 PARA OUVIR

“Racismo no Brasil”

Fonte: Spotify. Podcast “Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil”.



5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 174, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. A 14ª Conferência Nacional de Assistência Social terá como tema central: “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

INFORMES CADÚNICO



INFORME Nº 57 • 29.10.2024

Tarifa Social de Água e Esgoto. Coordenações estaduais, municipais e do DF devem ficar atentas aos procedimentos de cessão de dados para operacionalização da Tarifa Social de Água e Esgoto.

INFORMES BOLSA FAMÍLIA



INFORME Nº 60 • 22.11.2024

MDS lança processo de qualificação e conformidade de informações dos trabalhadores do Cadastro Único e do Bolsa Família. Em novembro, são averiguados dados de trabalhadores das Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família



INFORME Nº 59 • 14.11.2024

Municípios, Estados e DF já podem realizar a Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único

6. "OUSE SABER"



A data de **20 de novembro** foi estabelecida como o Dia da Consciência Negra, em memória da morte do líder **Zumbi dos Palmares**, uma das **referências nas lutas da população negra pela liberdade no contexto socioeconômico da escravidão**, que perdurou no território brasileiro por quase quatro séculos, e da resistência contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial.

A abolição da escravidão no Brasil foi realizada oficialmente por meio da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, que tem recebido destaque na história nacional como benfeitora da população negra por seu ato.

Embora essa data seja importante, a memória em torno dela pode secundarizar as lutas e esforços empreendidos por inúmeras lideranças e comunidades negras ao longo da história do país em prol da liberdade e da cidadania da população negra, a qual, luta ainda hoje por sua integração social e por melhores condições de vida, o que não ocorreu de forma plena com a abolição oficial da escravidão.

Para dar visibilidade às lutas contínuas e cotidianas dessa população, que é uma grande demandante da política de assistência social e de outras políticas públicas, o Dia da Consciência Negra – 20 de novembro – constitui-se como um marco, para que o conjunto da sociedade brasileira reflita sobre as contribuições que os africanos e os afrodescendentes deram à construção do país e os desafios que devem ser superados a fim de que a população negra possa efetivamente desfrutar de integral cidadania, acessando os direitos que estão assegurados a todos os brasileiros e contribuindo ainda mais com o desenvolvimento do país.

Os trabalhadores do SUAS também podem contribuir na luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial refletindo sobre essas questões no cotidiano de sua atuação profissional em conjunto com os usuários atendidos nas unidades da rede. Os usuários do SUAS, especialmente aqueles pertencentes a comunidades racializadas, frequentemente enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade, como pobreza, exclusão social e discriminação.



A integração de políticas de igualdade racial nos serviços do SUAS, como nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados (CREAS), pode assegurar um atendimento mais humanizado e inclusivo, que reconheça as especificidades culturais e históricas dessas populações.

Por exemplo, a **capacitação de equipes para o enfrentamento do racismo estrutural pode ampliar a escuta ativa e a identificação de demandas específicas**, promovendo intervenções que vão além do assistencialismo e que empoderam os usuários como sujeitos de direitos. Além disso, ações afirmativas e campanhas de sensibilização podem ampliar o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais, reduzindo barreiras impostas por preconceitos ou desconhecimento.

Para os trabalhadores do SUAS, a promoção da igualdade racial representa um duplo desafio: pessoal e profissional. No âmbito profissional, implica na necessidade de formação continuada, incluindo a sensibilização sobre racismo, discriminação e direitos humanos.





Isso permite que os trabalhadores reconheçam e combatam práticas discriminatórias, tanto no atendimento direto quanto na formulação de políticas locais.

No entanto, também é crucial reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos próprios profissionais racializados dentro do sistema. Trabalhadores negros, por exemplo, podem estar sujeitos a discriminações institucionais, precarização do trabalho e falta de representatividade nos espaços de gestão e decisão. Portanto, **o fortalecimento de políticas internas de diversidade e inclusão é essencial para assegurar que o SUAS não só atenda às necessidades de todos os usuários, mas também seja um ambiente de trabalho justo e acolhedor.**

A promoção da igualdade racial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um compromisso indispensável para garantir que os princípios da equidade, justiça social e dignidade humana sejam plenamente efetivados.



O Brasil, com sua rica diversidade étnico-racial, ainda enfrenta profundas desigualdades estruturais, que se refletem diretamente no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos às populações negras, indígenas e outros grupos historicamente marginalizados.

Assim, adotar estratégias para mitigar essas desigualdades não é apenas uma obrigação ética, mas também uma forma de fortalecer a política pública de assistência social.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

